

Os tentáculos do empresariamento e a plataformização da educação brasileira: em destaque o Instituto Natura via Projeto Trilhas

Caroline Aparecida Santiago Alibosek¹ (UNICENTRO)

carol_alibosek@hotmail.com

1 Introdução

A participação de diversas organizações possibilita a constituição de uma rede de aliança que reforça a ideia de solidariedade coletiva dos empresários em prol da “[...] educação e isenta de posições políticas, tornando a sua ação indispensável à estrutura do Estado e às mudanças das políticas educacionais” (GENTILI, 1998, p. 82). Assim, tais medidas são transformadas em ferramentas para a promoção da governança, corroborando com a abertura de um campo amplo na inserção de novos atores, com a “[...] promessa de ajudar os gestores e empresários da educação a encontrar respostas mais eficientes e eficazes para os desafios da redução de custos e do fortalecimento de parcerias [...]” (SANTOS; BRAGA; GUIMARÃES, 2016, p. 651).

Neste viés, as vozes dos setores privados ganham visibilidade diante da condução e formulação das políticas educacionais, por meio de discursos que disseminam a ideologia da cultura empresarial na sociedade civil, por meio da articulação com o Estado e da difusão das práticas em rede. As modificações para alcançar a modernização no sistema capitalista são guiadas por um modelo gerencial espelhado no mercado internacional, estreitando, assim, a relação entre o público e o privado no que tange a educação, estabelecendo um novo padrão de sociabilidade.

Neste viés, o presente trabalho² tem como objetivo refletir sobre a atuação dos agentes privados na educação brasileira por meio das plataformas digitais, especialmente do Instituto Natura via Projeto Trilhas.

¹Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Professora da Educação Básica de Ponta Grossa.

² O presente trabalho é fruto da Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) sob orientação da professora Michelle Fernandes Lima.

2. A plataformização da educação e o Instituto Natura: apontamentos sobre as atividades do Projeto Trilhas

A flexibilização do ensino por meio das plataformas digitais em larga escala trouxe grandes dilemas à educação, como a falta de infraestrutura adequada e de condições efetivas de aprendizado, necessidade de formação dos/as professores/as, além de relações de trabalho precarizadas e, muitas vezes, extrapolando as condições de trabalho preconizadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A educação via plataformas digitais passa a ser um nicho lucrativo, em que os grandes conglomerados educacionais visam à padronização do gerenciamento do ensino e do uso de sistemas virtuais de aprendizagem, com discursos ligados a inovações e soluções tecnológicas. Todavia, esse cenário é contraditório e possui características próprias que diferenciam da realidade atual nas escolas brasileiras, visto que nelas implicam o apoio de tutores de forma atemporal, com carga horária diluída em diferentes recursos midiáticos, em atividades síncronas e assíncronas.

Esse cenário tornou-se ainda mais evidente a partir de 2019, devido ao cenário pandêmico em escala global, corroborando para tornar as plataformas digitais parte do cotidiano profissional escancarando a precarização que já existia e acelerando processos que impuseram novas formas de trabalho sem que houvesse tempo para compreensão, capacitação e adaptação às ferramentas de inovações tecnológicas. As consequências da pandemia da Covid-19 vêm sendo utilizadas para justificar a ruptura com o ensino presencial, revelando um giro de imposições para o trabalho na educação e um desgaste na relação de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, os institutos e fundações estão vinculados a grandes grupos empresariais e financeiros, como o caso do Instituto Natura, que implementa ações que impactam diretamente na estrutura da Educação Básica, seja em âmbito pedagógico ou gerencial. O Instituto Natura é oriundo da empresa nacional e internacional do ramo dos produtos de beleza e cosméticos, a Natura. No âmbito jurídico é denominada enquanto entidade de direito privado sem fins lucrativos do tipo associativo, que possui um título jurídico especial de entidade do Terceiro Setor, caracterizado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A amplitude do campo de atuação do Instituto Natura se faz presente desde a em todas as modalidades da Educação Básica, inclusive da formação educacional dos seus colaboradores. Entre os projetos desenvolvidos e protagonizados pela associação estão elencados: Projeto Trilhas Conviva Educação, Escola Digital, Rede de Apoio à Educação (RAE), Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), Aprendendo Sempre, Comunidade de Aprendizagem.

Dessa forma, destacamos breves reflexões sobre o Projeto Trilhas. O professor é a porta de entrada do Instituto Natura nas escolas públicas, por meio da estruturação e funcionalização do Projeto Trilhas, que visa a promover a alfabetização e o letramento na Educação Infantil e Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, com enfoque no 1º e 2º anos, capacitando gestores, coordenação pedagógica e professores.

Atualmente o Projeto Trilhas é autodenominado enquanto uma “[...] plataforma digital colaborativa de formação continuada alinhada à BNCC com cursos à distância e “espaços de compartilhamento de experiências para professores alfabetizadores, estudantes de pedagogia e gestores escolares” (INSTITUTO NATURA, 2018, s/p).

O desenvolvimento do Projeto Trilhas é atrelado diretamente às premissas da BNCC, que representam a responsabilização dos professores na aprendizagem dos alunos, vinculando o desenvolvimento de competências e habilidades a uma permanente política do controle do trabalho docente, por meio de métodos de avaliação. Isso porque, na “[...] significação sobre a docência na BNCC o discurso da responsabilização está presente ao comprometer os professores com resultados dos alunos e o êxito da escolarização” (FRANGELLA; DIAS, 2018, p. 14).

Consideramos que as iniciativas, projetos e estratégias protagonizadas pelo empresariamento brasileiro e atribuídas aos professores procedem na responsabilização docente e no esvaziamento da autonomia. Peroni (2015, p. 339), assinala que os agentes privados influenciam na educação, tanto na direção quanto na execução das políticas, “[...] definem o conteúdo da educação e também executam sua proposta por meio da formação, da avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado”.

Consideramos, que a procura incessante pela flexibilização da educação

promove o acirramento das desigualdades educacionais, devido ao fato de que uma ampla parcela dos estudantes e de professores não possui acesso aos recursos tecnológicos. Compreendemos que a universalização das plataformas digitais não contempla os princípios da pluralidade de concepções pedagógicas e de liberdade de ensino, pois a universalização delas fundamenta-se em uma visão neoliberal de educação que, na prática e de fato, diminui o direito à educação para aprovar novas demandas de precarização e flexibilização do mundo do trabalho.

3. Considerações finais

Concluimos que a velocidade das transformações educacionais em um curto tempo para adaptação da sociedade confirma o imediatismo da implementação dessas novas formas de ensino baseadas em uma visão neoliberal de mundo. Ambos os fatores desregulam e descaracterizam a Educação Básica, instigando desigualdades e restringindo a qualidade educacional. Esse cenário corrobora para o fortalecimento de uma educação reducionista, tecnicista e esvaziada de significado, ao mesmo tempo em que destrói as bases da democratização da educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade social para todos, sem discriminação.

Referências

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRANGELLA, R. C. P.; DIAS, R. E. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da Educação Básica e da formação/atuação de professores. **Educação**

Unisinos. vol. 22, núm. 1, pp. 7-15, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4496/449657590001/html/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

INSTITUTONATURA. Instituto Natura e a TRILHA da alfabetização. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/instituto-natura-e-trilha-da-alfabetizacao/>. Acesso em: 15 set. 2020.

PERONI, V. M. V. **Implicações da Relação Público-Privada para a Democratização da Educação**. [Tese] Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTOS, A. V.; BRAGA, I. C. M.; GUIMARÃES-IOSIF, R. M. A governança no contexto da pesquisa em educação no Brasil. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 22, n. 49, p. 642–666, 2017. DOI: 10.26512/lc.v22i49.4973. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4973>. Acesso em: 29 jan. 2023.